

*Reunião da Assembleia Intermunicipal
1 de dezembro de 2014
Ata n.º 3*

Na sede da CIM Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida por Manuel Nunes Simões dos Santos, ladeado pelo Vice-Presidente Manuel da Silva Soares, e pela Secretária substituta, Leontina Azevedo da Silva Novo. -----

Estiveram presentes os seguintes membros: -----

José Carlos Raposo Marques Vidal; Carlos Alberto Baptista Guerra; Hilário Manuel Ferreira dos Santos; Carla Eliana da Costa Tavares; Rúben André de Carvalho Coelho; Sara Patrícia Rios da Silva; Paulo André Silva e Silva; Artur Domingues Pires Salvador; António Manuel Alves; José Manuel Oliveira Carvalho; Luís António Sousa Pinto dos Santos; Nuno Manuel Marques Pereira; Carlos Francisco Cunha Picado; Susana Cristina Chaves Baptista Esteves; Manuel José Prior Pedreira das Neves; Carlos Albérico de Amorim Alves; José Augusto da Luz Matos; António Amador da Silva Esteves; António José Flor Agostinho; Eduardo Conde Pinto; Sérgio Manuel de Jesus Lopes; Sofia Maria Grilo Marques Senos; António Maria dos Santos Sousa; Augusto Carlos dos Santos Leite; José Manuel Andrade Simões; José Alcides Ramos Pereira; João Paulo Castelo da Assunção Sol; Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto; Carlos Manuel Lopes Pinto Ribeiro; Sérgio Daniel Santos Morais; José Luís da Silva Almeida; Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva; Toni Pedro Ribeiro Martins; Manuel Marcelino Santos Manangão; Juan Carlos Ferreira Martins; José Augusto Ferreira Martins. ---

Estiveram ausentes os membros: Mário Rui de Almeida Branco; Gonçalo Nuno Caetano Alves; Ricardo Jorge Lopes Fernandes; Maria Cecília Reis de Almeida Oliveira que justificaram a falta, André Chambel que solicitou substituição, e Henrique Manuel Morais Diz; José de Figueiredo Lino e Rui Miguel Rocha da Cruz. -----

O Presidente da Mesa iniciou a sessão pela leitura da convocatória e da respetiva agenda da reunião: -----

A – Apreciação e votação das atas das sessões anteriores; -----

B – Expediente e informações; -----

C – Período Antes da Ordem do Dia; -----

D – Período da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da CIM Região de Aveiro; -----

Ponto 2 - Apreciação e Votação da 3ª Revisão Orçamental/2014. -----

Ponto 3 - Informação dos Compromissos Plurianuais assumidos ao abrigo da Autorização Prévia Genérica de 2014. -----

Ponto 4 - Apreciação e Votação das GOP, Orçamento e Mapa de Pessoal 2015, bem como dos compromissos plurianuais que constam no PPI ou GOP, para efeitos da LCPA. ----

Ponto 5 - Apreciação e Votação da Autorização Prévia Genérica, para o ano de 2015, no âmbito da Lei dos Compromissos. -----

Ponto 6 - Apreciação e Votação da Contribuição Anual dos Municípios que integram a CIM Região de Aveiro. -----

Seguiu-se a Ordem de Trabalhos: -----

A – Apreciação e votação das atas das sessões anteriores: -----

Não houve pedidos de inscrição para o uso da palavra. -----

O Presidente da Mesa colocou à votação, com os seguintes resultados: -----

Apreciação e Votação da ata nº 1/2014, de 15 de abril, aprovada por maioria, com três abstenções. -----

Apreciação e Votação da ata nº 2/2014, de 16 de julho, aprovada por maioria, com duas abstenções. -----

B – Expediente e informações; -----

O Presidente da Mesa informou a receção da seguinte correspondência: ofício da Assembleia Municipal de Ílhavo, de 30/04/2014, com uma nova composição dos membros suplentes para a Assembleia Intermunicipal; ofício da Área Metropolitana de Lisboa, de 30/07/2014 a enviar cumprimentos, a enumerar as suas atribuições e a dar conhecimento da composição da Comissão Executiva; e, Moção da Assembleia Municipal de Estarreja, de 23/10/2014, “Por um melhor hospital”. -----

O Presidente da Mesa informou o início do pagamento do subsídio de transporte aos membros da AI, após conhecimento do despacho do Secretário de Estado da Administração Local e comunicou o preenchimento de vaga, do membro Paulo André Silva e Silva, da AM Albergaria-a-Velha. -----

Informou as justificações de falta recebidas, dos membros Mário Branco, Gonçalo Alves, Ricardo Fernandes e Maria Oliveira. André Chambel solicitou a sua substituição por Leontina Novo. -----

C – Período Antes da Ordem do Dia; -----

Inscreveram-se para usar da palavra: -----

José Almeida (Sever do Vouga) destacou o novo mapa judiciário que privou Sever do Vouga de tribunal e qualquer cidadão tem agora de se deslocar a Albergaria-a-Velha ou a Aveiro para solicitar uma certidão e questiona se não será possível arranjar uma solução alternativa e agilizar uma forma de obter estes documentos nos municípios. -----

Nuno Pereira (Aveiro) referiu a questão da ERSUC, que entende ser de importância regional, destacando que tem sido veiculado pela comunicação social que parte dos municípios que compõem a CIRA pretendem alienar as quotas da sua participação, o que levanta importantes questões, designadamente o facto da soma das participações que eventualmente possam ser vendidas por esses municípios possam configurar uma nova estrutura do capital social, permitindo que 2/3 desse capital fiquem em mãos não municipais, deixando de poder condicionar as decisões da empresa, podendo mesmo haver decisões da empresa contrárias ao interesse público. Questionou o Presidente da CIRA e os restantes Presidentes se pretendem ou não vender, e se estão cientes da perda dos 2/3 do capital social da empresa. -----

Diana Paiva (Sever do Vouga) lembrou que há um ano foi referido que os cidadãos residentes na região da área intermunicipal não pagariam SCUTS, solicitando informação desta negociação. Questionou qual o ponto de situação do Hospital de Aveiro, uma vez que as notícias continuam a não ser as melhores. -----

Hilário Santos (Águeda) solicitou esclarecimentos sobre a ligação Aveiro - Águeda e de quem é a responsabilidade da respetiva execução, se são os municípios ou a CIRA. -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu a luta efetuada no mapa judiciário e as posições da CIRA, mas o Governo tem legitimidade de decidir. A resposta de proximidade vai acontecer nas Lojas do Cidadão Municipais ou Espaços do Cidadão. Houve negociação com o Secretário de Estado da Modernização Administrativa, numa adesão global dos municípios. -----

Sobre a questão da ERSUC referiu que a Assembleia Intermunicipal não é o somatório das Assembleias Municipais e são vários os municípios, não todos, que manifestaram disponibilidade para vender. O processo está na Autoridade da Concorrência para verificação da conformidade com a Lei, e após essa decisão, cada município é que decidirá se quer ou não vender. -----

Nuno Pereira (Aveiro) solicitou esclarecimentos adicionais, uma vez que foi referido que os municípios que integram a CIRA têm consciência da perda de capital mas existem outras questões; em prol de que outros interesses públicos os municípios estão dispostos a sacrificar a posição de perda de capital social na empresa. -----

O Presidente do CI informou que não há questões de consciência ou de sacrifícios, mas sim uma análise com base em questões financeiras, objetivas, de sustentabilidade e de melhor servir o interesse público. -----

D – Período da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da CIM Região de Aveiro; -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que o documento é uma apresentação sumária da atividade da CIRA com destaque para o ponto 1, e que 2015 é o último ano de gestão do QREN. Do novo quadro, faltam os regulamentos específicos. Recentemente, o Governo lançou os dois primeiros avisos do Portugal 2020. O de 12 de novembro, para as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial, como é exemplo a nossa, financiada pelo PO da Assistência Técnica, para a apresentarmos formalmente, com uma adequação ao formato do aviso de concurso, e que foi trabalhada por uma equipa mista da CIRA e da Universidade de Aveiro. Após a aprovação, teremos de apresentar o Pacto para a Competitividade e Coesão Territorial, que é o documento onde vamos colocar os projetos com pormenor e objetividade e será a base donde sairá a nossa ITI – Iniciativa Territorial Integrada. Informou ainda da apresentação do QCIRA – Quadro Comum de Investimentos da Região de Aveiro, em ronda por todos os municípios. Referiu que se está a trabalhar nos projetos das 4 áreas principais, à escala intermunicipal: Polis II, Baixo Vouga Lagunar, Política Regional de Empreendedorismo e Acessibilidades para a Competitividade. No dia 16 de novembro, foi publicado o outro aviso, de pré-qualificação de entidades para a gestão das DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária, para áreas, rurais, costeiras e urbanas, com um prazo de 90 dias, estando-se a iniciar essa abordagem, com uma declaração de princípio do Conselho Intermunicipal, que queremos coordenar e liderar a costeira e as 2 rurais, em parcerias com entidades públicas e privadas. Todos estes trabalhos irão culminar no Congresso da Região de Aveiro, no final de março de 2015. -----

António Esteves (Estarreja) questionou o prazo e as conclusões do Estudo das Enguias e quais os projetos em carteira para o Polis II, uma vez que no Polis I foi feito o embelezamento e se agora teremos o “acesso à casa”, isto é, se podemos ter acesso aos esteiros. Manifestou preocupação com a invasão das águas marinhas, maior na zona norte. ----

José Matos (Estarreja) considera que a apresentação do QCIRA, com a intervenção do Secretário de Estado foi muito importante e destacou o Dia da Região, evento muito positivo, nomeadamente com a intervenção da Dra. Ana Abrunhosa. Questionou se o Ministro da Saúde ainda não respondeu à reunião no âmbito do Centro Hospitalar por desinteresse ou por questões de agenda e que os problemas subsistem, solicitando que se fizesse chegar ao Secretário de Estado estas preocupações. Considera ainda que, após a presença do Secretário de Estado dos Transportes na CIRA, perdeu toda a esperança do não pagamento das SCUTS, uma vez que a diferença entre os encargos anuais e o valor recolhido em portagens é abismal, mas ainda assim, considera que se deveria rever as vias Estádio-Angeja e manter Aveiro-Barra, como exceção à cobrança. -----

Hilário Santos (Águeda) questionou se o estudo do hospital estará concluído e apresentado até final do ano e solicitou esclarecimentos na questão das acessibilidades. -----

José Carvalho (Anadia) concorda com os eixos estratégicos definidos, nomeadamente a acessibilidade para a competitividade, e considera que tem de se aprofundar os trabalhos dos territórios integrados, uma vez que os territórios interiores têm dificuldade em captar verbas para promover o desenvolvimento e o investimento, e se deveria criar *clusters* e levar alguma inovação a estes projetos. -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que o Estudo das Enguias será apresentado no dia 13 de dezembro, de manhã, no Comur – museu municipal, mas considera que ficou aquém das expectativas. -----

Relativamente ao Polis considera que o Governo que o criou tem uma visão diferente do atual. A predominância das intervenções era de valorização e qualificação. A grande intervenção de desassoreamento da Ria, agregada ao reforço dos diques e motas, ficou por fazer. As outras intervenções foram quase todas realizadas. As grandes intervenções sofreram o calvário do licenciamento ambiental, dos processos e exigências do Governo e da União Europeia, para além dos cortes orçamentais. A qualificação da Barrinha de Esmoriz e Lagoa de Paramos é uma obra que se pretende realizar ainda no âmbito do Polis I. Considera que o Polis II tem de ir mais além, ao “miolo da casa”, mas que globalmente o Polis I foi positivo. Informou que proximamente estará em audição pública a nova Política do Litoral (5 dos nossos municípios estão envolvidos). -----

O Dia da Região, a 16 de outubro, sendo o primeiro, foi positivo e teve o patrocínio da Campanha da Ria de Aveiro. -----

Relativamente ao Centro Hospitalar lamenta a atitude do Ministro, mas mantém a atitude política de protesto. Há áreas que estão mal e há valências que não existem e deveriam existir, questão ligada à portaria e à classificação do Hospital. O estudo está a ser feito pela Universidade de Aveiro, que teve dificuldade no acesso à informação e logo que tenhamos um formato mais maduro partilharemos com a Assembleia Intermunicipal. -----

Sobre as SCUTS recordou que o atual Governo mudou o regime de isenções e não fez um estudo do novo sistema de cobrança de portagens. Os pressupostos são os mesmos e a luta persiste. -----

Relativamente às acessibilidades para a competitividade informou que pretendemos responder às condicionantes do 2020, para melhorar o acesso das áreas industriais a grandes vias. -----

Quanto às DLBC's, reafirmou a intenção de termos uma ou mais de natureza rural, designada internamente de agrícola/florestal. Considera que o próximo quadro comunitário está mais direccionado para as empresas e para o setor privado, e que teremos algumas apostas públicas que só existirão se agregadas a iniciativas privadas. -----

Ponto 2 - Apreciação e Votação da 3ª Revisão orçamental 2014: -----

O Presidente do CI referiu que o documento é claro e que está relacionado com as dinâmicas de gestão. -----

Não houve pedidos de inscrição para o uso da palavra. -----

O Presidente da Mesa colocou à votação o segundo ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados: -----

Apreciação e Votação da 3ª Revisão Orçamental 2014, aprovada por maioria, com catorze abstenções, dos membros Carlos Guerra, Carlos Picado, Nuno Pereira, Armando Pinto, Luís Almeida, Carlos Ribeiro, José Vidal, Sofia Senos, Sérgio Lopes, Carla Tavares, António Alves, Diana Paiva, Toni Martins e Augusto Leite -----

Ponto 3 - Informação dos Compromissos Plurianuais assumidos ao abrigo da Autorização Prévia Genérica de 2014: -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que se trata do documento de informação da forma como usámos a Autorização Prévia de 2014. -----

Não houve pedidos de inscrição para o uso da palavra. -----

Ponto 4 - Apreciação e Votação Apreciação e Votação das GOP, Orçamento e Mapa de Pessoal 2015, bem como dos compromissos plurianuais que constam no PPI ou GOP, para efeitos da LCPA: -----

O Presidente do CI referiu que este é o ano de fechar os projetos do QREN 2007-2013, onde todas as operações terão de estar terminadas, utilizando a regra N+2 e onde estaremos a preparar o Portugal 2020, com atenção muito especial às ITI's, geridas diretamente pela Comissão Europeia, e às DLBC's, que são pressupostos assumidos neste documento de planeamento. Há outras matérias importantes para o ano 2015, como por exemplo a defesa costeira, a AdRA e o Congresso da Região de Aveiro. A dimensão financeira é condicionada pelas transferências para o Polis. Entende que está garantida a boa sustentabilidade da CIM Região de Aveiro, mantendo a lógica de gestão financeira. -----

Augusto Leite (Murtosa) solicitou o envio da documentação em papel e não por e-mail. Em relação ao PPI, questionou se está incluído o canil intermunicipal, se este abrange o município da Murtosa e qual o ponto de situação desde dossiê. -----

Carlos Picado (Aveiro) considerou as transferências para o Polis elevadas e questionou qual a alocação aos projetos e onde se pode consultar essa alocação. -----

Carlos Alves (Estarreja) referiu que em 2014 tivemos um orçamento de 11 milhões de euros, reduzido para 2 milhões, e agora estamos com um orçamento de 10 milhões de euros, para, provavelmente, reduzir para 2 milhões. Considera que não é normal os orçamentos terem estas oscilações, solicitando esclarecimentos. -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que a caracterização do canil intermunicipal foi difícil e estará concluída até final do ano. Agora importa definir o quadro,

preparar o projeto e lançar o concurso, para tentar o financiamento no Portugal 2020, com o pleno desenvolvimento do projeto já em 2015. -----

Relativamente ao Polis informou que o Estado realizou o capital social numa única tranche e os municípios realizaram a três anos, negociados. A baixa execução no arranque legitimaram o não pagamento de alguns municípios e a suspensão imposta pelo atual Governo legitimou-o plenamente. A operação fecha em 2015, e este exercício não poderá ser adiado. A lógica de participação é em função do montante de investimento previsto. Como o quadro final não está fechado também ainda não está fechado o quadro de participação municipal no capital social da Polis Litoral Ria de Aveiro. -----

O Presidente da Mesa colocou à votação o quarto ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados: -----

Apreciação e Votação das GOP, Orçamento e Mapa de Pessoal 2015, bem como dos compromissos plurianuais que constam no PPI ou GOP, para efeitos da LCPA, aprovada por maioria, com doze abstenções dos membros Carlos Ribeiro, José Vidal, António Esteves, Carlos Guerra, Carlos Picado, Nuno Pereira, Armando Pinto, Sofia Senos, Sérgio Lopes, Carla Tavares, António Alves e Augusto Leite. -----

Ponto 5 - Apreciação e Votação da Autorização Prévia Genérica, para o ano de 2015, no âmbito da Lei dos Compromissos: -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que se trata de pedir a mesma autorização, com a garantia de bom uso. -----

Não houve pedidos de inscrição para o uso da palavra. -----

O Presidente da Mesa colocou à votação o quinto ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados: -----

Apreciação e Votação da Autorização Prévia Genérica, para o ano de 2015, no âmbito da Lei dos Compromissos, aprovada por maioria, com um voto contra, do membro Augusto Leite, e com quatro abstenções, dos membros Sara Silva, Rúben Coelho, Armando Pinto e Paulo Silva. -----

Ponto 6 – Apreciação e Votação da Contribuição Anual dos Municípios que integram a CIM Região de Aveiro: -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal considerou o valor adequado, com proposta de manutenção do valor já praticado. -----

José Matos (Estarreja) questionou se quando um município não paga a contribuição tem alguma penalização, pois até parece que esse valor não faz diferença em termos de gestão da CIRA. -----

O Presidente do CI referiu que um dos pressupostos da CIRA é da solidariedade intermunicipal, a vários níveis. A lógica básica que queremos retomar, com incidência na CM Aveiro, é que os municípios sejam cumpridores e manter o equilíbrio. -----

O Presidente da Mesa colocou à votação o sexto ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados: -----

Apreciação e Votação da Contribuição Anual dos Municípios que integram a CIM Região de Aveiro, aprovada por unanimidade. -----

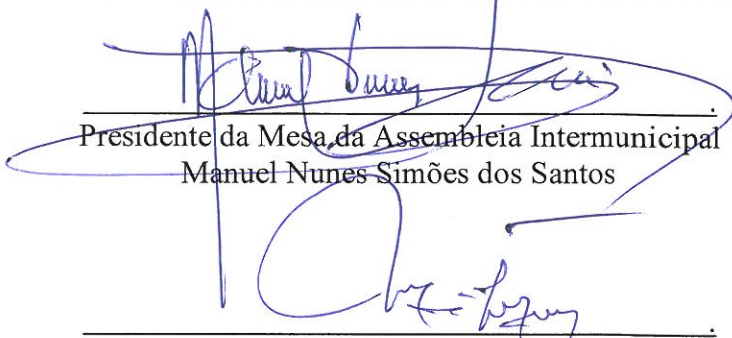


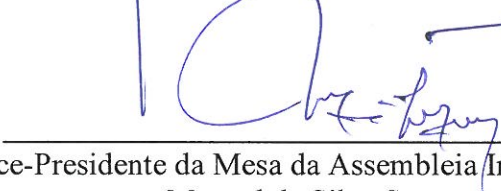
**Região
de
Aveiro**

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

Para efeitos de execução imediata, foram aprovadas todas as deliberações em minuta, por unanimidade. -----

Não havendo outros assuntos o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas e trinta minutos, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa. -----


Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Manuel Nunes Simões dos Santos


Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Manuel da Silva Soares


Secretária da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Leontina Azevedo da Silva Novo